



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO: POLÍTICA SOCIAL, SEGURIDADE SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL

**Exercício profissional dos e das assistentes sociais e a precarização
do mundo do trabalho: reflexões sobre sua inserção na assistência
estudantil**

Ivana Aparecida Weissbach Moreira¹

Resumo: O estudo aborda o processo de precarização do trabalho, com aproximações ao trabalho do e da assistente social na assistência estudantil das IFES. A análise documental e bibliográfica permite problematizar a precarização do trabalho, descrevendo alguns dados sobre os trabalhos profissionais, diante das transformações do mundo do trabalho e do Estado. Ressalta contradições entre o capital e o trabalho, acirradas pela lógica neoliberal e materializadas na atual conjuntura econômica e política, revelando dificuldades estruturais ao exercício profissional. Conclui que a luta coletiva fortalece a defesa do trabalho profissional e o enfrentamento à precarização na defesa de direitos coletivos e individuais.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Trabalho profissional; Serviço Social; Assistente Social.

Abstract: The study addresses the process of precariousness of work, with approximations to the work of the social worker in the student assistance of the IFES. The documentary and bibliographic analysis allows us to problematize the precariousness of work, describing some data about professional work, in the face of the transformations of the world of work and the State. It highlights contradictions between capital and labor, intensified by the neoliberal logic and materialized in the current economic and political conjuncture, revealing structural difficulties to the professional practice. It concludes that the collective struggle strengthens the defense of professional work and the confrontation of precariousness in the defense of collective and individual rights

Keywords: Precariousness of work; Professional work; Social Work; Social worker.

¹ Assistente Social na Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Doutora em Educação, ivanawmoreira@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Notadamente, o mundo do trabalho é marcado pela desigualdade social e exploração da força de trabalho, voltadas a elevação das taxas de acumulação do capital. No processo histórico de acumulação capitalista destacam-se três importantes períodos, os quais evidenciam as profundas transformações no mundo do trabalho e na organização do processo de produção: Revolução Industrial; Fordismo e Taylorismo; e acumulação flexível. Mudanças que alteraram a estrutura social, precarizando o trabalho da maioria dos contextos e que ocasionaram uma transição da rigidez para a flexibilidade econômica global.

As transformações no mundo do trabalho, especialmente as ocorridas a partir da década de 1970, implicaram em consequências no mercado de trabalho, na organização sindical e nas próprias relações de trabalho representadas por inúmeras inseguranças que atingem a classe trabalhadora.

Na segunda metade do século XX, e início do século XXI, têm-se a intensificação do processo de exploração do trabalho e os e as assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora e assalariada, também foram atingidos pela flexibilização instituída no mundo do trabalho, a partir do processo de reestruturação produtiva. Além dos impactos sofridos com estas transformações, os e as assistentes sociais também têm seu exercício profissional influenciado pelas mudanças ocorridas no âmbito do Estado e pela lógica neoliberal.

Parte dessa premissa a luta coletiva e o enfrentamento da categoria profissional pela garantia dos direitos humanos, sociais e pela liberdade, bem como pela superação dos obstáculos e uma ação prática e propositiva, diante da correlação de forças, marcada por um desequilíbrio, onde a rápida evolução tecnológica e a busca por produtividade exigem flexibilidade e alta qualificação dos profissionais o que gera um ambiente de alta competitividade. As relações de trabalho tornam-se cada vez mais complexas, com instituições focadas em aumentar a produtividade ou apenas no cumprimento das atividades pré-determinadas, enquanto os trabalhadores enfrentam desafios como precarização, falta de condições de trabalho, adoecimentos, assédio moral e a necessidade de adaptação contínua. “Esse processo subordina o exercício profissional às requisições institucionais para o desenvolvimento nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada” (Raichelis, 2018, p. 37).

Assim, o exercício profissional não é apenas execução técnica de determinadas tarefas ou atividades, ele é permeado pela capacidade de análise crítica e pela escolha de uma direção social alinhada ao Projeto Ético-Político profissional. Ainda, a possibilidade de as e os profissionais refletirem sobre a análise do cotidiano para além da aparência, compreendendo as causalidades envolvidas no trabalho, submergidas na historicidade que as engendra, apreendendo a realidade da profissão a partir da unidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social (Iamamoto, 2009).



O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções do CFESS nº 290/94 e nº 293/94 e balizada pelo Código de Ética, aprovado por meio da resolução nº 273/93, do CFESS, de 13 de março de 1993. Portanto, no bojo das políticas públicas (e não somente) a e o assistente social adquire um espaço legitimado para seu exercício profissional.

O exercício profissional, quando particularizado para a assistência estudantil, na educação superior federal, é permeado pelas peculiares condições e relações de trabalho de um determinado espaço sócio-ocupacional, no qual as e os profissionais estão inseridos e que influenciam e interferem no direcionamento das suas atividades profissionais, ou seja, há uma tensão entre o profissional e sua relativa autonomia, seu empregador e as demandas dos usuários.

O estudo, de natureza qualitativa e bibliográfica, ancorado no método dialético, permite refletir e problematizar a precarização do trabalho, descrevendo alguns dados sobre os trabalhos profissionais, diante das transformações do mundo do trabalho e do Estado. Ressalta contradições entre o capital e o trabalho, acirradas pela lógica neoliberal e materializadas na atual conjuntura econômica e política, revelando dificuldades estruturais ao exercício profissional que se manifestam em aspectos ligados a estrutura, orçamento e o dimensionamento de pessoal.

Estas situações permanecem como um *devoir a ser* e interferem na garantia de direitos, no exercício profissional e na autonomia relativa dos trabalhadores, impactando diretamente nos sujeitos da educação superior federal.

CONTEXTO NEOLIBERAL E OS IMPACTOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Ao longo da história, o modo de produção capitalista enfrenta períodos cíclicos de ascensão de seu desenvolvimento, resultando em crises no próprio sistema, as quais apresentam períodos alternados de progresso, seguidos de depressão. As transformações societárias, ocorridas a partir de 1990 no Brasil, no modo de reprodução do capital, são essenciais para compreender as alterações realizadas na educação superior, de modo a situá-la no contexto do capitalismo contemporâneo.

Netto e Braz (2012) apontam que a crise de acumulação do capital, ocorrida no cenário internacional no início da década de 1970, suscitou no declínio e na estagnação dos ritmos de crescimento das economias capitalistas, gerando a redução das taxas de lucro que permanecem até os dias atuais, pois "[...] as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas" (2012, p. 226).

Frente à recessão generalizada que o capitalismo monopolista vivenciou neste período e ao seu comportamento brutal na sociedade mundial, foram impostas mudanças na sua forma de organização com vistas à sua manutenção. Netto e Braz (2012) referem que



estas alterações se deram por meio de um conjunto de ações e iniciativas para a reestruturação do seu ciclo de reprodução, baseadas no tripé da reestruturação produtiva, da financeirização e da ideologia neoliberal.

Estas transformações efetivadas pelo capitalismo, ocorridas a partir da década de 1970 a nível mundial, incidiram no Brasil, devido ao seu desenvolvimento tardio, principalmente a partir dos anos 1990. Os objetivos são a reversão da taxa de lucro e a renovação das circunstâncias para a exploração da força de trabalho, priorizando a retirada de direitos sociais, duramente conquistados, e a destruição das garantias relacionadas ao trabalho, a exemplo do que ocorre no Brasil.

Para fundamentar a aspiração do grande capital de eliminar qualquer impedimento para a realização dos seus anseios, estimulou-se amplamente a ideologia neoliberal, que compreende:

[...] uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238, grifos dos autores).

Assim sendo, o pensamento neoliberal valida justamente o projeto capitalista monopolista, buscando acabar com as limitações sociopolíticas que restringem a sua liberdade de movimentar-se. A mundialização capitalista faz com que essas dinâmicas atravessem fronteiras e continentes, contribuindo para a reconfiguração dos estados nacionais, tanto em países centrais quanto da periferia do sistema, com efeitos e impactos diferenciados, permeados pelas realidades particulares de cada país e de sua formação social e econômica.

Um dos principais focos é a intervenção do Estado na economia, sendo que o Estado é demonizado pelos neoliberais e exposto como algo que precisa ser enxuto, que necessita de reforma, porém o Estado deve ser mínimo para os trabalhadores “[...] e máximo para o capital” (Netto; Braz, 2012, p. 239), pois o capitalismo não funciona sem a intervenção do Estado.

As definições orçamentárias justificam as prioridades dos governos, sustentada na crítica à organização dos serviços públicos que são pautados pelos princípios da universalidade e da gratuidade, conforme as legislações vigentes. Segundo a ideologia neoliberal, os serviços públicos ampliam em demasiado o gasto estatal, citando, inclusive, as folhas salariais dos trabalhadores públicos, que segundo esse pressuposto, são excessivas.

Nesta perspectiva, ocorre uma inversão, pois o gasto com as políticas públicas passa a ser compreendido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado. Em função dos ajustes fiscais neoliberais ocorre a redução da autonomia nacional, devido ao compromisso assumido com a lógica financeira do grande capital internacional, com a redução de despesas, de atendimentos, restrição de meios financeiros, materiais e humanos (Iamamoto, 2014).

Conforme sinaliza Raichelis (2020, p. 32), presencia-se um movimento no qual:



O Estado neoliberal assume a forma de um “governo empresarial” e impõe a mercadorização da instituição pública, que funciona de acordo com regras empresariais da governança público-privada [...]. Ao mesmo tempo, essa lógica privatista do Estado neoliberal afetou também a imagem do/a trabalhador/a do Estado junto à população e à opinião pública, instalando-se um clima desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho na administração pública.

Os trabalhadores do setor público, são colocados como “inimigos” da população brasileira, a partir de propostas sob a lógica neoliberal que não poupa esforços para fazer a sociedade acreditar que estes trabalhadores usufruem de privilégios e são responsáveis pela adversidade econômica em que o país se encontra (Raichelis, 2020). Sobre esse aspecto, a autora identifica, ainda, a existência de alterações nas formas de emprego e gestão da força de trabalho e dos processos produtivos; o elevado estímulo à flexibilização de contratos; assim como a procura por trabalhadores polivalentes, multifuncionais e colaborativos, típica das relações de trabalho que se reconfiguram na atualidade.

No Brasil, a implementação da ideologia neoliberal, prescrita a partir do Consenso de Washington², foi amplamente propagada pelos organismos internacionais - especialmente o Banco Mundial, para a flexibilização do regramento voltado ao trabalho e à desregulamentação de direitos, ampliado também pela mundialização do capital. Neste sentido, a frágil situação do trabalho em nosso país acentuou-se ainda mais, com alterações que geraram “[...] a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo” (Antunes, 2011, p. 47).

As reflexões acerca das sociedades contemporâneas comportam um conjunto de elementos complexos que sugerem pensar os projetos societários em curso. Atualmente, devido ao acirramento do neoliberalismo, o termo “ultraneoliberalismo”, utilizado pelas autoras Josiane Soares dos Santos e Marilda Vilela Iamamoto, reafirma a condução de políticas governamentais voltadas para a criminalização das formas de oposição, recessão econômica e aprofundamento da “questão social”.

A partir da mudança significativa do capitalismo desde as últimas duas décadas do século XX, novas relações se estabelecem e, com a intensificação do neoliberalismo, percebe-se uma progressiva destruição dos pressupostos democráticos. Assim, pensar o neoliberalismo, seu surgimento e suas peculiaridades, permite refletir sobre seus impactos, especialmente nas políticas públicas.

O aprofundamento dos pressupostos neoliberais amplia a perspectiva de abordagem, pois este não é apenas concebido como uma ideologia, mas também como uma economia política e instauradora de uma nova racionalidade e de novos modos de vida. Dito de outra maneira, funciona como uma norma que passa a afetar todas as esferas da vida e até mesmo nossa existência enquanto sociedade. A questão, portanto, mostra-se preocupante diante da forma como governantes e governados passam a estabelecer suas condutas com base nesses pressupostos.



De acordo com Dardot e Laval (2016), o contexto mais recente da crise que atingiu a economia global e cujos efeitos ainda são perceptíveis, explicitam esta conexão e o sentido político como uma das formas de se pensar a crise para além de uma saída à maneira do *status quo*, ainda como resultante da crítica aos elementos que a conduziram. Assim, a contribuição dos autores vem no sentido de apresentar uma descrição do neoliberalismo distinta das análises que foram produzidas nos últimos anos.

Portanto, o diagnóstico arriscado, ainda em meio às turbulências atuais, prova o fortalecimento das políticas de austeridade e as enormes dificuldades para a construção de alternativas efetivas ao neoliberalismo, mesmo depois da crise:

As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo. O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até menos neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando. A esquerda somente poderá tirar partido disso se souber remediar a pane de imaginação que vem sofrendo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

A crítica à ideia segundo a qual o neoliberalismo é algo suscetível de ser derrubado com uma crise econômica, propõe a reflexão sobre o aprofundamento e o fato do neoliberalismo ameaçar a destruição do imaginário no sistema democrático. Esta situação que se centra numa “pós-democracia” ou “a-democracia” sugere a expressão da (des)democratização como uma saída progressiva da democracia e de como o neoliberalismo se constitui numa nova racionalidade. A reflexão está para além de uma teoria econômica ou uma ideologia imposta aos indivíduos, mas como a própria razão que institui os sujeitos. A subjetivação neoliberal estrutura a conduta e a organização da sociedade em nível global e local, dado que supera a esfera econômica, englobando todas as dimensões do ser humano, condicionando o ser, o estar e o fazer no mundo. Traduz-se, então, numa “razão-mundo”.

Isto posto, devido às políticas neoliberais, a ampliação do Estado brasileiro na direção da defesa dos interesses do capital, em detrimento das necessidades do trabalho, ocasionou reconfigurações nas relações de trabalho, nos direitos, nas intencionalidades e no alcance das políticas sociais (Raichelis, 2013), dentre elas, a política de educação e, especialmente, as modificações na educação de nível superior.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL: DEMANDAS, REQUISIÇÕES E ATRIBUIÇÕES

A educação é um dos espaços sócio-ocupacionais dos e das assistentes sociais desde



a institucionalização da profissão. A política de educação constitui-se em uma das estratégias de intervenção do Estado, a partir da qual materializam-se os interesses de reprodução do capital e a manutenção da hegemonia burguesa, assegurando as condições necessárias à sua reprodução (Mészáros, 2008). Porém, também é consequência das pressões sociais organizadas da classe trabalhadora em direcionar seus processos de formação, marcada pela contradição entre seu potencial crítico, criativo e a funcionalidade que tem recebido no capitalismo. Portanto, a política de educação é um espaço de correlação de forças e de projetos educacionais distintos, com processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais, demonstrando como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram e hoje buscam incluir nos espaços educacionais grande número de integrantes da classe trabalhadora (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012).

Nos anos 1990 iniciou-se no Brasil o processo de contrarreforma do Estado, a partir do qual colocou em prática as diretrizes da proposta neoliberal e dos organismos internacionais. No que se refere à educação superior federal, mais precisamente às universidades, o Estado se desresponsabiliza de suas atribuições previstas na Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996, transferindo esta função para o mercado (Lima, 2007). Nas gestões do governo federal a partir da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003-2006; 2007-2010, e 2023-2026 os pressupostos neoliberais são mantidos e, contraditoriamente, as ações governamentais federais ampliam-se, em relação ao acesso e à permanência na educação superior, tanto na rede pública quanto na rede privada, objetivando cumprir ao estabelecido pelo Banco Mundial.

A partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, ampliou-se o quadro profissional, de servidores docentes e técnicos-administrativos nas instituições federais de ensino superior – IFES, inclusive aos profissionais de Serviço Social. Seu principal objetivo foi criar condições para o acesso e a permanência na educação superior, por meio de diversas ações, dentre elas, a expansão da estrutura física, acadêmica e pedagógica das instituições e o aumento do número de vagas nos cursos de graduação. Para as e os assistentes sociais abre-se um campo de atuação nos programas de assistência estudantil, voltados a permanência e no combate a evasão.

A democratização do acesso e a permanência nas instituições da rede federal de ensino superior no Brasil refletem as peculiaridades distintas no processo educativo. A realidade educacional brasileira constitui-se de descompassos, seja quanto ao direito à educação, seja em relação às condições de permanência estudantil nas políticas educacionais, evidenciando a necessidade de debate e de uma agenda política. Cabe ressaltar que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado que tem no Estado seu principal empregador, não está imune à atual dinâmica de precarização das condições e vínculos de trabalho, e à ofensiva do discurso neoliberal de enfraquecimento do Estado (Raichelis, 2020).

Compreende-se que o Serviço Social é fruto do desenvolvimento das relações de



produção capitalista, um trabalho especializado situado na divisão social e técnica do trabalho, sendo que os espaços sócio-ocupacionais de trabalho profissional possuem naturezas diferenciadas, com características específicas que influenciam nas atribuições profissionais. A cada espaço sócio-ocupacional torna-se necessário reconhecer os determinantes históricos que perpassam as relações sociais, ante as profundas transformações societárias ocasionadas pelo aprofundamento das relações capitalistas. Assim, conforme lamamoto (2009, p. 344-345), é importante “[...] reconhecer o fio contraditório que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho profissional, como lente privilegiada para a leitura dos espaços ocupacionais”, pois o espaço sócio-ocupacional de todas as profissões é consequência de necessidades sociais concretas (Netto, 2011).

É neste contexto contraditório que as e os assistentes sociais desenvolvem seu exercício profissional no Programa Nacional de Assistência Estudantil, (PNAES/2010), instituído pelo Decreto nº. 7234/2010 – “artigo 2º: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)”. Em 3 de julho de 2024, é sancionada a Lei nº 14.914/2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil, substituindo o antigo decreto de 2010 e garantindo maior segurança jurídica e perenidade aos auxílios para estudantes de instituições federais.

Porém, como proposta de política pública com caráter contínuo voltada à ampliação das condições de permanência dos alunos na educação superior, a Lei PNAES/2024 apresenta descontinuidades e ao mesmo tempo poucas inovações, além de não atender as principais reivindicações históricas quanto à previsão legal de recursos e fontes de financiamento, em relação a uma nítida definição de Assistência Estudantil, reforçando a perspectiva seletiva já existente, e a previsão de equipes técnicas.

Os autores lamamoto e Carvalho (2014, p. 86, grifos dos autores) pontuam que “[...] *não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula*, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional”. Portanto, compreender o Serviço Social no âmbito das relações de classes e destas com a assistência estudantil na educação superior federal, na produção e reprodução da vida social, cabe as e os profissionais apreender o modo como se materializam essas expressões nos campos ocupacionais nos quais se inserem como profissionais assalariados a fim de delinear possibilidades de respostas profissionais e ações interventivas.

Ao mesmo tempo, cria e recria as condições de precarização ao exercício profissional diante das instabilidades orçamentárias, da regulamentação ainda em curso dos Programas da PNAES/2024 (em tramitação nos grupos de discussão no MEC) e na própria definição das condições objetivas de desigualdades dos sujeitos quando estabelece o *percapita*



de até um salário-mínimo mensal de renda.

Considerando as desigualdades sociais e educacionais brasileiras, as discussões do tema ao longo de sua trajetória histórica evidenciam a assistência estudantil como essencial na garantia do direito à educação, pois articulada a outras políticas públicas, pode viabilizar as condições de acesso e permanência a esse direito. Portanto, a sua concepção deve ser ampla e ultrapassar o mero atendimento às necessidades materiais, mas considerar também as barreiras que limitam o acesso à educação a todas as pessoas em suas diversidades. Assim, pode-se afirmar que, a especificidade da assistência estudantil está em promover e/ou articular condições (de ordem econômicas, sociais, culturais, políticas, de saúde) para que o(a) estudante acesse e permaneça com a finalidade de concluir os seus cursos. Contudo, não é exclusivamente dela a responsabilidade de dar respostas a todas as barreiras, especialmente às externas, que oferecem impedimentos no âmbito educacional.

Portanto, ao tratar do exercício profissional processo de precarização do trabalho profissional, na assistência estudantil, adquire especial relevância pois cotidianamente as e os profissionais se defrontam com o desafio no exercício profissional, entre suas atribuições e as requisições na assistência estudantil, nas IFES. Tal reflexão está em como desenvolver o exercício profissional com valores democráticos e de uma nova ordem social, delineados em uma construção histórica e participativa, tendo como princípio central a busca pela construção da autonomia e da emancipação dos sujeitos? Como desenvolver o processo de permanência estudantil apenas considerando o processo de auxílios pela renda, nas intermináveis seleções e análises socioeconômicas anuais e semestrais, para a concessão dos auxílios estudantis, na precarização de dimensionamento de pessoal em relação ao número de acadêmicos com múltiplas vulnerabilidades. Como desenvolver autonomia e o protagonismo nos sujeitos com o exercício profissional limitado a uma ação fragmentada e distanciada do processo educacional e de desenvolvimento estudantil? De igual modo, as ações de gestão, planejamento, organização e controle que, na perspectiva da gestão democrática, é responsável pelo monitoramento e avaliação das ações e serviços organizacionais, garantem a implementação da direção e a efetivação da organização, mas que as e os assistentes sociais possuem competências teórica, metodológica e técnica podem contribuir, porém, em alguns casos, tornam-se meros executores. E, diante das condições de precarização e de trabalho como trona-se possível desenvolver o exercício profissional de forma a garantir os princípios ético e político com a limitação da participação profissional nas lutas e movimentos da própria categoria.

Assim, a relação dialética entre a formação e o exercício profissional, está consignada a um posicionamento político e ético indispensável para uma formação crítica e propositiva dos e das assistentes sociais, diante da lógica neoliberal e do processo de flexibilização do trabalho, reafirmando uma nova morfologia do trabalho (Antunes, 2021) e da própria produção. Lógica está que se mantém, ainda presente, na assistência estudantil, nas IFES. Não obstante, nas palavras de Antunes 2021, p. 120 [...] o capital recorre cada vez mais



às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, que se torna ainda mais fundamental para a realização de seu ciclo reprodutivo num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas.

É inegável que a reestruturação produtiva impactou diretamente as relações de trabalho no capitalismo em diversas partes do mundo e, evidentemente para as e os assistentes sociais. Nesse processo, a profissão de assistente social não passou ilesa por estar inserida na divisão social e técnica do trabalho como profissão liberal e por consistir em uma forma de trabalho assalariado.

Porém, no contexto contemporâneo, a profissão vem enfrentando desafios que fragilizam seu exercício profissional em favor da igualdade e da justiça social, haja vista que as implicações nas relações de trabalho também ocasionam a violação de seus direitos. No contexto das transformações contemporâneas do capitalismo e da flexibilização das relações de trabalho, além de possuir limitações à autonomia técnica e política por ser um trabalhador assalariado, o assistente social também convive cotidianamente com a precarização do seu trabalho, que se manifesta na intensificação das atividades burocráticas, na terceirização e na perda de vínculos com os sujeitos, impactando na saúde física e mental desse trabalhador. Tudo isso faz parte das estratégias de controle e de gerenciamento da força de trabalho dos quadros profissionais. No caso da e do assistente social, isso vai incidir diretamente na sua autonomia relativa, restringindo muito mais a liberdade do exercício profissional junto aos sujeitos da educação, pois, sendo trabalhador assalariado, sua intervenção depende de instrumentos e meios de trabalho disponibilizados pelo Estado. “Esse processo subordina o exercício profissional às requisições institucionais para o desenvolvimento nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada” (Raichelis, 2018, p. 37).

Como explicado, o capitalismo utiliza a tríade precarização, terceirização e flexibilização como estratégias importantes para a extração de mais valor, e a esse modo de produção não cabe se importar com as necessidades humanas ou com o bem-estar do trabalhador, mas os fins a serem atingidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mudanças do mundo do trabalho com o amadurecimento do capitalismo levou a uma reconfiguração das relações sociais e da própria concepção e materialidade do trabalho. A garantia dos direitos sociais e dos serviços das políticas públicas são de responsabilidade do Estado e, diante das condições expressas nas reconfigurações da sociedade capitalista e dos diferentes estágios do desenvolvimento socioeconômico, com polarizados e contraditórios interesses do capital e do trabalho, aumentam os desafios das e dos assistentes sociais na mediação do seu exercício profissional.

Neste cenário mundializado e financeirizado no qual o Brasil se insere de forma



periférica e dependente, o acirramento das desigualdades com as mudanças no mundo do trabalho e a situação de precarização de grande parte da população, trazem impactos e desafios aos profissionais do Serviço Social diante das diferentes manifestações da “questão social”.

Ao analisar as condições sócio-históricas que circunscrevem o exercício profissional do assistente social no cotidiano da assistência estudantil estão as possibilidades de enfrentamento às condições impostas nos diversos espaços sócio-ocupacionais, pois as e os assistentes sociais dispõem de autonomia relativa para mediar e sugerir propostas afinadas com Projeto Ético-Político do Serviço Social. É na dinâmica do cotidiano de trabalho que o assistente social constrói e reconstrói seu fazer profissional e é, também, no reconhecimento das dimensões da profissão que pode intervir, mediado pelo conhecimento e competências em sua área de atuação na busca pela materialização dos direitos sociais.

É fato que as condições de trabalho dos assistentes sociais que exercem suas atividades profissionais na educação superior não podem ser analisadas de modo isolado, sem considerar as contrarreformas da educação superior no Brasil, uma vez que é indissociável das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista. Consequentemente, as demandas institucionais e as respostas profissionais da categoria são perpassadas pelas transformações econômicas e políticas que atravessam a política educacional.

Trata-se de obstáculos advindos de uma severa onda de retrocessos, contrarreformas e transformações que intensificam o processo de precarização das relações de trabalho, associada à constante ofensiva ultraconservadora que redesenha, no contexto das crises, seus instrumentos políticos para obter hegemonia. Dessa forma, observa-se que, intervir sobre a realidade com vistas a transpor tais impasses, requer organização coletiva, resistência contra a instauração de projetos fascistas, por meio das lutas democráticas e de defesa de direitos, já que a política de educação tem respondido mais às exigências dos organismos internacionais do que aos anseios dos estudantes e demais trabalhadores por uma educação pública, de qualidade e efetivada enquanto direito social.

Compreende-se que a organização da sociedade capitalista, a conjuntura atual brasileira e do exercício profissional impõem limites, porém estes não são absolutos, uma vez que contém antagonismos e processos contra hegemônicos que precisam ser desvendados pelos profissionais, constituindo-se, assim, como possibilidades de ações conscientes na direção social em favor dos interesses e do fortalecimento da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In:



CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2ed. São Paulo, Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e desafios. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-634, out./dez. 2013

RAICHELIS, Raquel. **Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. SÃO PAULO: Cortez, p. 25–65, 2018.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e de pandemia**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 139, p. 13-33, set./dez. 2020